

O MOMENTO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL

Valter Nilton Felix

O período eleitoral é pródigo na discussão de segurança e medidas penais. O assunto é sempre atual e polêmico. A atual insegurança pública inevitavelmente traz à memória a *Teoria da Janela Quebrada* de James Wilson e George Kelling, pesquisadores da Universidade de Haward, publicado em 1982, na revista *The Atlantic Monthly*. Advogavam que a desordem pode levar à prática de crimes mais graves, ou seja, se uma janela de um prédio fosse quebrada e não houvesse imediato conserto, tal indolência determinaria invasão e vandalismo ao local e posteriormente à região, atraindo desocupados e criminosos, afugentando as pessoas de bem. O descaso a pequenos delitos levaria a consequências muito mais graves. Defende-se que, para combater os elevados índices de criminalidade em um local, deve-se passar a repreender e conter os atos de menor ofensividade e o vandalismo, estimulando-se ao máximo o policiamento comunitário. Assim surgiu a bem sucedida *Operação Tolerância Zero*, em Nova Iorque.

Pichações, mendicância, vandalismo no metrô eram há muito tolerados e o policial Willian Bratton foi contratado, em 1990, para por fim à desordem e aplicar os fundamentos da *Teoria da Janela Quebrada*, e até os pulavam as catracas eram presos e muitos deles, depois se apurava, eram foragidos da polícia e portavam armas...Quando Rudolph Giuliani foi eleito prefeito, em 1994, a política de combate aos pequenos delitos foi implementada e surgiu a *Operação Tolerância Zero*, chefiada por Bratton.

Policiamento comunitário passou a ser incentivado, e qualquer ato de vandalismo ou constrangimento, desde urinar na rua até ofertar limpeza de parabrisas em semáforos, passou a gerar desde prisão à prestação de serviços comunitários e a cidade de Nova Iorque, que nos últimos trinta anos havia atingido níveis intoleráveis de criminalidade, tornou-se bem mais tranquila e menos violenta, embora os detratores da teoria atribuam os fatos, isto sim, à melhora dos índices econômicos e à maior oferta de empregos, afastando as pessoas do crime pelo incremento de sua inclusão social.

Talvez a situação de momento no Brasil reforce a *Teoria da Janela Quebrada* e não a de *Exclusão Social* na geração dos alarmantes índices atuais de criminalidade.

As pessoas de bem vivem trancadas em suas casas, enquanto os criminosos ficam soltos pelas ruas, e é assustador o descaso das autoridades públicas com essa situação. Vigoram os princípios da intervenção mínima e da insignificância, será que só por coincidência? E a imprensa divulga crescente aumento dos Índices de Desenvolvimento Humano e de Inclusão Social no país...

A toda hora a impunibilidade se justifica por mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovação do comportamento ou inexpressividade da lesão jurídica provocada, favorecendo a

desordem. E ainda se ouve que o Poder Judiciário já está sobrecarregado, não devendo se preocupar com lesões insignificantes. E a história da falta de vagas nas prisões, as rebeliões justificadas por desumanidade, os privilégios dos presos, que desfrutam de visitas íntimas, piscinas de plástico improvisadas e telefones celulares, para comandar os que mantêm os seus esquemas cá fora?

Será que os delitos maiores não surgem mesmo em um cenário de descaso aos pequenos delitos, de acordo com os fundamentos da *Teoria da Janela Quebrada*? Até quando o extremo rigor contra a violência será apregoado na campanha política, omitido nos programas oficiais de governo, já que ninguém mesmo os lê ou cobra cumprimento, e simplesmente esquecido durante o mandato?

Parece clara a necessidade de adotar políticas de prevenção e repressão aos delitos menores, na maioria dos casos, com aplicação de penas de prestações de serviços à comunidade, fazendo com que tais atos não permaneçam impunes. Talvez a simples triagem desses casos já faça chegar a foragidos da justiça, ou a integrantes das facções, ou mesmo a grandes criminosos, depurando o meio. A educação da população em não tolerar tais delitos, a agir, a denunciar, é o começo da atitude desejável de devolver o país às pessoas de bem, de exigir o cumprimento de promessas dos mandatários, de terminar com as mentiras eleitoreiras, que, de anedotas, passaram a ser condenatórias do bem estar geral.